

Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.552.048 - DF
(2019/0219389-9)**

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
EMBARGANTE : LUCIANE GASPAROTO MOREIRA DE FREITAS
EMBARGANTE : ROBSON VIEIRA TEIXEIRA DE FREITAS
ADVOGADO : ROBSON VIEIRA TEIXEIRA DE FREITAS (EM CAUSA PRÓPRIA) - DF022064
EMBARGADO : CONQUIST DESENVOLVIMENTO IMOBILIARIO LTDA
EMBARGADO : CASABLANCA INCORPORACAO LTDA
ADVOGADOS : FERNANDO JOSE GONÇALVES ACUNHA - DF021184
TARLEY MAX DA SILVA - DF019960
MARLA ISABELE PONTE - DF046654
LUCAS VIANNA KAUFFMANN DO NASCIMENTO - DF059602

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ERRO MATERIAL. ACOLHIMENTO.

1. A existência de erro material na decisão embargada conduz ao acolhimento da pretensão.
2. Embargos de declaração acolhidos.

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por LUCIANE GASPAROTO MOREIRA DE FREITAS e ROBSON VIEIRA TEIXEIRA DE FREITAS, contra decisão que não conheceu do agravo em recurso especial interposto por CONQUIST DESENVOLVIMENTO IMOBILIARIO LTDA e CASABLANCA INCORPORACAO LTDA, em razão da aplicação da Súmula 182/STJ.

No presente recurso, apontam os embargantes possível erro material da decisão embargada, em relação à fixação de honorários recursais, em razão da inexistência de sucumbência recíproca na hipótese.

É O BREVE RELATÓRIO.

De fato, a decisão embargada contém erro material quanto ao ponto mencionado, haja vista que o dispositivo da decisão mencionada, ao

Superior Tribunal de Justiça

majorar os honorários recursais, considerou a existência de sucumbência recíproca na hipótese (e-STJ, fl. 517), embora a demanda tenha sido julgada totalmente procedente em favor das embargantes (e-STJ, fl. 308).

Assim, os presentes embargos de declaração comportam acolhimento para sanar o erro material no dispositivo da decisão embargada, que passa a ter a seguinte redação:

"Forte nessas razões, NÃO CONHEÇO do agravo em recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado das partes agravadas em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados anteriormente em 10% sobre o valor da condenação (e-STJ, fls. 308) para 15%. "

Forte nessas razões, ACOLHO os embargos de declaração - apenas - para sanar o erro material apontado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília(DF), 04 de outubro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora